

Termo de Referência 9/2024

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|---------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 9/2024 | 158368-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL Z NORTE | PAULO RICARDO DE OLIVEIRA | 30/08/2024 13:54 (v 1.0) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra | | 23058.000810.2024-81 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de instalação/desinstalação e manutenção de aparelhos de refrigeração com fornecimento de insumos sob demanda, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| GRUPO | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | V A L O R UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------------|------|--|--------|-------------------|------------|--------------------|-------------|
| 1 | 1 | Mecânico em Refrigeração II – Campus Natal – Zona Norte (mensal) | 3492 | Posto | 12 | 5.423,59 | 65.083,08 |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda | 2771 | Desconto | 1 | 14.817,22 | 177.806,65 |
| VALOR TOTAL ANUAL | | | | | | 242.889,73 | |

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados do(a) a partir assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção poderá comprometer a qualidade dos serviços prestados pela Instituição, sendo a vigência

plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;

1.7. A adjudicação será por grupo de itens;

1.8 Em atendimento ao art. 10 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, informa-se que o presente documento não tem caráter sigiloso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento no documento anexo cod. be22ffa20:*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

4.1.2. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.1.2.1. não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

4.1.2.2. durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

4.1.2.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

4.1.2.4. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

4.1.2.5. é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC- 12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H1301 e H-2402;

4.1.2.6. quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.1.2.7. a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.1.2.7.1. quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.1.2.7.2. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

4.1.3. Demais requisitos de contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 11 horas.*

4.8. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.9. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.10. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: após da assinatura do contrato.*

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos,*

frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Deverá ser realizado em conjunto com Administração um plano de manutenção para equipamentos refrigerantes pertencentes ao IFRN;

5.1.2.2. O Mecânico em Refrigeração II deverá ter capacidade para realizar manutenções corretivas e preventivas, desinstalação e instalação de equipamentos de refrigeração, incluindo, no caso dos ares condicionados, o domínio da tecnologia inverter.

5.1.2.3. Os planos de manutenção devem ser aprovados pelo setor técnico demandante do IFRN.

5.1.2.4. Os demais detalhes encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. O cronograma deverá seguir plano de manutenção dos equipamentos refrigerantes pertencentes ao IFRN. O plano de manutenção deverá ser desenvolvido /atualizado no início de cada ano contratual, ou quando houver necessidade.

Local da prestação dos serviços

5.2. *Os serviços serão prestados no seguinte endereço:*

| Instituição | Endereço |
|----------------------------------|---|
| IFRN - Campus Natal - Zona Norte | R. Brusque, 2926 - Potengi, Natal - RN, 59112-490 |

5.3. *Os serviços serão prestados no seguinte horário:*

Segunda a sexta: 8h às 12h - 13h às 17h | Sábado 8h às 12h

*Em caso de necessidade da administração, o horário poderá ser readequado desde que não compreenda horários noturno, dias de feriados ou situações que onerem a contratada.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. *A execução contratual observará as rotinas abaixo:*

5.4.1. Prestação de serviços continuados de manutenção de aparelhos de refrigeração com mão de obra exclusiva no respectivo campus participante, com fornecimento de insumos sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices.

5.4.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da data da assinatura do contrato, podendo este prazo ser prorrogada a critério da Administração.

5.4.3. As atribuições específicas ou serviços a serem realizados estão detalhadas no Estudo Técnico Preliminar.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no ANEXO I, promovendo sua substituição quando necessário.*

5.5.1. Os uniformes serão fornecidos conforme periodicidade estabelecida no 5.9.1. Os demais insumos serão fornecidos sob demanda.

5.5.2. As quantidades a serem fornecidas sob demanda são estimativas para subsidiar a composição de custo e formação de preço por parte das licitantes e serão fornecidas, repostas ou substituídas, mediante solicitação formal da fiscalização do contrato.

5.5.2.1. A quantidade anual total é o máximo que poderá ser adquirido durante 12 meses, o qual será fornecido sob demanda, mediante solicitação da Contratante. Assim, o campus não é obrigado a solicitar esta quantidade neste período, nem sequer uma quantidade mínima.

5.5.2.2. Durante o contrato, a quantidade solicitada não poderá exceder o saldo restante no momento da solicitação, como também, a depender da falta de demanda, poderá chegar até 0 (zero). Contudo, a quantidade fornecida não poderá exceder a quantidade estabelecida por ano.

5.5.2.2.1. Preferencialmente, as solicitações serão mensais ou quinzenais a fim de não onerar os custos de logística da Contratada.

5.5.2.3. Os insumos a serem fornecidos sob demanda serão solicitados à Contratada, pela Fiscalização do contrato, por e-mail.

5.5.2.3.1. O desconto adjudicado será aplicado de maneira linear a todos os preços (Valor Máximo Aceitável (R\$) dos itens do ANEXO I.

5.5.2.4. A Contratante poderá solicitar também insumos NÃO previstos no ANEXO I, caso necessário e justificado, devendo fazer a solicitação, a qualquer tempo, por e-mail.

5.5.2.4.1. A Fiscalização do contrato realizará pesquisa de mercado, conforme IN 65/2021, dos itens contidos na planilha apresentada pela Contratada, a fim de aferir a vantajosidade econômica dos preços.

5.5.2.4.2. Caso o preço orçado pela Contratada seja maior que o preço médio pesquisado pela Contratante, a Contratada apresentará outra proposta considerando o preço médio pesquisado pela Contratante.

5.5.2.4.3. Caso o preço orçado pela Contratada seja menor ou igual ao preço médio pesquisado pela Contratante, a Contratada manterá sua proposta com base no preço orçado por ela própria.

5.5.2.5. A Contratada elaborará uma planilha com o(s) item(ns) a ser(em) adquiridos pela Contratante, contendo a descrição, marca, unidade de fornecimento, quantidade, preços unitário, preço unitário com desconto e total.

5.5.2.5.1. Essa planilha será submetida à Fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação, para avaliação e realização de ajustes, se for o caso, e para a respectiva aprovação.

5.5.2.5.2. A Fiscalização do contrato realizará pesquisa de mercado, conforme IN 65/2021, dos itens contidos na planilha apresentada pela Contratada, a fim de aferir a vantajosidade econômica dos preços.

5.5.3. Uma vez aprovado o orçamento, a Contratada deverá fornecer o(s) item(ns) orçado(s) em até 10 (dez) dias corridos.

5.5.4. A Contratada deverá disponibilizar o(s) insumo(s) em até 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação da Fiscalização (no caso de itens previstos na Planilha de insumos) ou da aprovação do orçamento pela Fiscalização (no caso de itens não previstos na Planilha de insumos).

5.5.5. Durante a execução do contrato, serão rejeitados os insumos que não atendem às especificações ou cujo fornecimento não foi autorizado pela contratante. Estes casos, o ônus da substituição será apenas da contratada, sem aumento dos custos do contrato.

5.5.5.1. O prazo para fornecimento poderá ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias corridos, desde que solicitado pela Contratada com a apresentação de motivos e acatado pela Fiscalização do contrato.

5.5.6. Os insumos fornecidos deverão vir acompanhados de uma nota de fornecimento, modelo constante no ANEXO III, para cada grupo de insumos fornecidos, a saber.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.6.1. A licitante deverá elaborar a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, conforme o modelo constante nos ANEXO IV, observando o salário, as vantagens asseguradas, todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas previstos em Lei e em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, referente a cada categoria profissional;

5.6.2. A proposta que não contenha todos estes custos deverá ser ajustada;

5.6.3. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão ou entidade para o cálculo do valor de referência, o licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual, com a respectiva memória de cálculo. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ajustar sua proposta.

5.6.4. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5/2017;

5.6.5. Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos insumos com preços mais distantes do valor de referência. A identificação de preços inexequíveis se dará conforme os critérios definidos no art. 59 da Lei 14.133/21. A comprovação da exequibilidade deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ser solicitado o ajuste da proposta. Caso ocorra a majoração do valor final da proposta, recusá-la. Contudo, na formulação de sua proposta, o licitante deverá considerar que, durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumo(s) rejeitados(s) será exclusivamente da contratada e que a substituição não acarretará o aumento dos custos do contrato.

5.6.6. Para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto a salário-base e benefícios, foi considerada a seguinte convenção coletiva de trabalho. Todavia, não é de utilização obrigatória pelos licitantes, caso a licitante possua outro enquadramento sindical (Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário). Caso utilize outra convenção/acordo coletivo de trabalho, a licitante deverá comprovar o seu enquadramento sindical.

5.6.6.1. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024 (cod. 81a999fa11)

5.6.7. A não aceitação pela Administração do produto indicado pelo licitante não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do contrato.

5.6.8. A Contratada deverá cumprir todas as disposições do Edital e de seus anexos.

5.7. *Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.9.1. 2 (dois) *conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 2 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;*

5.9.1.1. 1 (um) conjunto completo compreende: 1 (uma) camisa, 1 (uma) calça e 1 (um par) meia.

5.9.1.2. Deverá ser entregue 1 (um) crachá no início do contrato, sua substituição deverá ser sob demanda.

5.9.1.3. Deverá ser entregue 1 (um par) de botinas no início do contrato, sua substituição deverá ser sob demanda.

5.9.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.9.2.1. Camisa, em tecido 100% algodão, manga curta com a logomarca da empresa;

5.9.2.2. Calça comprida com elástico e cordão, em tecido 100% algodão;

5.9.2.3. Meias, padrão esporte, tecido 100% algodão;

5.9.2.4. Crachá de identificação com foto em material PVC;

5.9.2.5. Botina para eletricitista. Atende a NR10.

5.9.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma

de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período mínimo de 4 (quatro) horas mensais.

6.5.1. Tal exigência justifica-se como forma de esclarecer e/ou dar celeridade em eventuais problemas com a Contratada em relação ao fornecimento de insumos e demais assuntos pertinentes assim como esclarecer e/ou resolver quaisquer problemas relacionados ao desempenho do técnico em dedicação exclusiva

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação

contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO II para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes,

caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço,

devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

- 6.33.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.33.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.33.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.33.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.33.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.33.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.33.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- Gestor do Contrato**
- 6.32. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.33. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.34. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.35. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.36. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.37. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.38. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para

a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO II para aferição da qualidade da prestação dos serviços .

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produzir os resultados acordados,

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Mensuração de resultado em percentuais conforme faixas de atingimento de metas do Instrumento de Medição de Resultado.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser

encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

7.23.2 a data da emissão;

7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 o valor a pagar; e

7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao de correção monetária, Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária pelo motivo de guardar maior correlação com o segmento econômico dos insumos previstos neste objeto.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.43. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.44. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.45. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.49.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.49.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.49.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.49.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.49.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações

- ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.55. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DE GRUPO DE ITENS.

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO | CRITÉRIO |
|-------|------|--|----------------|
| 1 | 1 | Posto - Mecânico em Refrigeração II (mensal) | Menor preço |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda | Maior desconto |

Regime de Execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da

Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.23.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do ANEXO V deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.24.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.24.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

Qualificação Técnico-Operacional

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente,

por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.29. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.*

8.30. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.*

8.31. *Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*

Qualificação Técnico-Profissional

8.32. *Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s):*

8.32.1. Mecânico em Refrigeração II (CBO - 7257-05): Possuir pelo menos dois anos de experiência como Mecânico em Refrigeração I. Capacitação em cursos e palestras técnicas sobre assuntos inerentes a função, com carga horário mínima de 20 hs; Fazer consertos, serviços de solda, montar tubulações de refrigeração, aplicar vácuo em sistemas de refrigeração. Carregar sistemas de refrigeração com fluido refrigerante. Realizar testes nos sistemas de refrigeração. Reparar e consertar equipamentos de uso doméstico ou comercial, tais como, bebedouros, refresqueiras, refrigeradores, freezers, ar condicionado; Fazer serviços de instalações e desinstalação de splits e demais atividades afins.

8.33. *O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 242.889,73

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 242.889,73 (duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), **conforme custos unitários apostos na tabela item 1.** —————

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação conforme documento anexo cod. 0813de 3d2c.

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento*
.

SERGIO ROBERTO DANTAS

Membro da comissão de contratação

JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação

PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - I - Insumos.pdf (269.78 KB) • Anexo II - II - IMR.pdf (184.83 KB)
- Anexo III - III - Modelo de Nota de Fornecimento.pdf (43.94 KB)
- Anexo IV - IV - Planilha de Custos e Formacao de Precos.pdf (595.94 KB) • Anexo V - V - Modelo Declaracao de Contratos Firmados.pdf (83.86 KB)

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar.

Anexo I - Insumos.pdf

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|---|--|--------|------|------------|------------------|---------------|
| 1 | Tubo Cobre Panqueca 15 Metros 1/4 " = 6,35mm Parede 1/32 " = 0,79mm. aplicação em refrigeração | 335763 | m | R\$ 359,00 | 15 | R\$ 5.385,00 |
| 2 | Tubo Cobre Panqueca 15 Metros 3/8 " = 9,52mm Parede 1/32 " = 0,79mm Cobresul. aplicação em refrigeração | 338624 | m | R\$ 362,81 | 15 | R\$ 5.442,15 |
| 3 | Tubo Cobre Panqueca 15 Metros 1/2 " = 12,7mm Parede 1/32 " = 0,79mm Cobresul | 335764 | m | R\$ 480,64 | 15 | R\$ 7.209,60 |
| 4 | Tubo Cobre Panqueca 15 Metros 3/4 " = 19,05mm Parede 1/32 " = 0,79mm Cobresul | 387676 | m | R\$ 899,00 | 15 | R\$ 13.485,00 |
| 5 | Tubo Cobre Panqueca 15 Metros 5/8 " = 15,87mm Parede 1/32 " = 0,79mm Termomecânica | 338625 | m | R\$ 686,28 | 15 | R\$ 10.294,20 |
| 6 | <p>Gás Refrigerante R410a EOS Cilindro de 11,34Kg. características: 410A possuem capacidade superior a equipamentos projetados para trabalhar com o R-22;</p> <ul style="list-style-type: none"> • HFC: não apresenta potencial de degradação da camada de ozônio. Sua utilização não será interrompida devido ao Protocolo de Montreal; • Baixa toxicidade, similar ao R-22; • Não é inflamável. | 399615 | kg | R\$ 921,50 | 12 | R\$ 11.058,00 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|---------------|
| 7 | Gás Refrigerante R22 EOS Cilindro de 13,6Kg | 617201 | kg | R\$ 1.099,00 | 12 | R\$ 13.188,00 |
| 8 | Gás Refrigerante R32 EOS Cilindro de 13,6Kg | 613141 | kg | R\$ 1.200,00 | 12 | R\$ 14.400,00 |
| 9 | Tubo de 1/4" com 2 Metros Isolante Trmico Esponjoso Tubulao para Ar Condicionado .Utilizado em sistema de refrigerao e instalao de ar condicionado split. Tubo com blindagem | 613141 | m | R\$ 5,95 | 448 | R\$ 2.665,60 |
| 10 | Tubo de 3/8" com 2 Metros Isolante Trmico Esponjoso Tubulao para Ar Condicionado .Utilizado em sistema de refrigerao e instalao de ar condicionado split. Tubo com blindagem. | 428159 | m | R\$ 6,73 | 448 | R\$ 3.015,04 |
| 11 | Tubo de 1/2" com 2 Metros Isolante Trmico Esponjoso Tubulao para Ar Condicionado .Utilizado em sistema de refrigerao e instalao de ar condicionado split. Tubo com blindagem. | 399908 | m | R\$ 5,99 | 448 | R\$ 2.683,52 |
| 12 | Tubo de 3/4" com 2 Metros Isolante Trmico Esponjoso Tubulao para Ar Condicionado .Utilizado em sistema de refrigerao e instalao de ar condicionado split. tudo com blindagem | 399911 | m | R\$ 6,32 | 448 | R\$ 2.829,61 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 13 | Tubo de 5/8" com 2 Metros Isolante Trmico Esponjoso Tubulao para Ar Condicionado .Utilizado em sistema de refrigerao e instalao de ar condicionado split. tubo com blindagem. | 400195 | m | R\$ 6,50 | 448 | R\$ 2.912,00 |
| 14 | Chave catraca Referência: GEDORE RED Jogo De Soquetes com 46 Peças. soquete de.1/4 sext. 4-14mm. Modelo R49003046 | 608902 | kit | R\$ 360,34 | 1 | R\$ 360,34 |
| 15 | Compressor para split on/off de 12000 BTUs gás r410 | 264709 | und | R\$ 529,48 | 1 | R\$ 529,48 |
| 16 | Compressor para split on/off de 18000but/h gás r410 | 350328 | und | R\$ 987,94 | 1 | R\$ 987,94 |
| 17 | Compressor para split on/off de 24000 BTUs gás r410 | 264706 | und | R\$ 1.260,00 | 1 | R\$ 1.260,00 |
| 18 | Compressor para split on/off de 36000 BTUs gás r410 | 243279 | und | R\$ 1.950,00 | 1 | R\$ 1.950,00 |
| 19 | Compressor para split on/off de 48000 BTUs gás r410 | 286402 | und | R\$ 2.100,00 | 1 | R\$ 2.100,00 |
| 20 | compressor para split inverter de 12000 BTUs gás r410 | 264709 | und | R\$ 894,60 | 1 | R\$ 894,60 |
| 21 | Compressor para inverter split de 18000 BTUs gás r410 | 350328 | und | R\$ 1.027,84 | 1 | R\$ 1.027,84 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 22 | Compressor para split inverter de 24000 BTUs gás r410 | 264706 | und | R\$ 1.261,71 | 1 | R\$ 1.261,71 |
| 23 | Compressor para split inverter de 30000 BTUs gás r410 | 240693 | und | R\$ 1.220,00 | 1 | R\$ 1.220,00 |
| 24 | Compressor para split inverter de 36000 BTUs gás r410 | 243279 | und | R\$ 1.323,77 | 1 | R\$ 1.323,77 |
| 25 | Compressor para split inverter de 48000 BTUs gás r410 | 286402 | und | R\$ 2.100,00 | 1 | R\$ 2.100,00 |
| 26 | Compressor para split de 12000 BTUs gás r22 | 264709 | und | R\$ 645,99 | 1 | R\$ 645,99 |
| 27 | Compressor para split de 18000 BTUs gás r22 | 350328 | und | R\$ 1.084,41 | 1 | R\$ 1.084,41 |
| 28 | Compressor para split de 24000 BTUs gás r22 | 264706 | und | R\$ 1.387,00 | 1 | R\$ 1.387,00 |
| 29 | Compressor para split de 36000 BTUs gás r22 | 243279 | und | R\$ 1.600,00 | 1 | R\$ 1.600,00 |
| 30 | Compressor para split de 48000 BTUs gás r22 | 286402 | und | R\$ 2.375,08 | 1 | R\$ 2.375,08 |
| 31 | Compressor para split inverter de 12000 BTUs gás r32 | 264709 | und | R\$ 788,36 | 1 | R\$ 788,36 |
| 32 | Compressor para split inverter de 18000 BTUs gás r32 | 350328 | und | R\$ 1.237,33 | 1 | R\$ 1.237,33 |
| 33 | Compressor para split inverter de 24000 BTUs gás r32 | 264706 | und | R\$ 1.439,57 | 1 | R\$ 1.439,57 |
| 34 | Compressor para split inerrter de 36000 BTUs gás r32 | 243279 | und | R\$ 1.961,00 | 1 | R\$ 1.961,00 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 35 | Compressor para split inverter de 48000 BTUs gás r32 | 286402 | und | R\$ 2.199,00 | 1 | R\$ 2.199,00 |
| 36 | Broca de vídea de 6mm para furadeira | 345433 | und | R\$ 8,90 | 5 | R\$ 44,50 |
| 37 | Broca de vídea de 8mm para furadeira | 345434 | und | R\$ 5,45 | 5 | R\$ 27,25 |
| 38 | Broca de vídea de 10mm para furadeira | 345529 | und | R\$ 12,90 | 5 | R\$ 64,50 |
| 39 | Broca de vídea de 12mm para furadeira | 353425 | und | R\$ 14,22 | 5 | R\$ 71,10 |
| 40 | Broca de vídea de 6mm para martetele | 619902 | und | R\$ 18,00 | 5 | R\$ 90,00 |
| 41 | Broca de vídea de 8mm para martetele | 477970 | und | R\$ 20,70 | 5 | R\$ 103,50 |
| 42 | Broca de vídea de 10mm para martetele | 483685 | und | R\$ 28,29 | 5 | R\$ 141,45 |
| 43 | Broca de vídea de 12mm para martetele | 342485 | und | R\$ 33,19 | 5 | R\$ 165,95 |
| 44 | Martetele Combinado de 800W 220V. Potência: 800W. Versatilidade em Materiais: Perfura concreto, aço e madeira com facilidade. | 450975 | und | R\$ 1.471,00 | 1 | R\$ 1.471,00 |
| 45 | Bucha de 6mm. Pacote com 100 und | 613896 | und | R\$ 14,90 | 6 | R\$ 89,40 |
| 46 | Bucha de 8mm Pacote com 100 und | 613897 | und | R\$ 21,32 | 6 | R\$ 127,92 |
| 47 | Bucha 12mm Pacote com 50 und | 254871 | und | R\$ 34,90 | 6 | R\$ 209,40 |
| 48 | Chave inglesa 10". Fabricada em aço cromo vanádio.Abertura total da boca: 31mm. Referência: Gedore Red | 610664 | und | R\$ 92,54 | 2 | R\$ 185,08 |
| 49 | Chave inglesa 12". Fabricada em aço cromo vanádio. Abertura total da boca: 34mm. Referência: Gedore Red : Gedore Red | 610664 | und | R\$ 119,00 | 2 | R\$ 238,00 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 50 | Bomba de vácuo de 11,5 CFM, duplo estágio, para refrigeração, ar condicionado Split e ar condicionado automotivo, óleo incluso. Cabo de transporte - Gás Ballast carga do óleo e expulsão - visor de nível de óleo tampão de drenagem de óleo cárter; Base com bastões antiderrapantes - flange de acople de motor; motor elétrico com protetor térmico incorporado - conexões ¼ flare e ½ ACME tampas de proteção com o ring, vazão l/min: 325; vácuo máximo: 75 microns, motor RPM: 1720; voltagem: bivolt | 619107 | und | R\$ 1.806,29 | 1 | R\$ 1.806,29 |
| 51 | Capacitor de partida para motor do ventilador com as seguintes características: 2µF, 380V | 363459 | und | R\$ 10,00 | 5 | R\$ 50,00 |
| 52 | Capacitor de partida para motor do ventilador com as seguintes características: 1,5µF, 380V | 484475 | und | R\$ 6,30 | 5 | R\$ 31,50 |
| 53 | Capacitor de partida para motor do ventilador com as seguintes características: 2,5µF, 380V | 287484 | und | R\$ 11,82 | 5 | R\$ 59,10 |
| 54 | Capacitor de partida para motor do ventilador com as seguintes características: 3µF, 380V | 250664 | und | R\$ 13,79 | 5 | R\$ 68,95 |
| 55 | Capacitor de partida para motor do ventilador com as seguintes características: 5µF, até 440V | 615911 | und | R\$ 13,90 | 5 | R\$ 69,50 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|------------|------------------|------------|
| 56 | Capacitor de partida para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 6µF, 380V | 483534 | und | R\$ 15,30 | 5 | R\$ 76,50 |
| 57 | Capacitor de partida para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 20µF, 380V | 275090 | und | R\$ 20,90 | 5 | R\$ 104,50 |
| 58 | Capacitor de partida para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 25µF, até 440V | 344655 | und | R\$ 22,31 | 5 | R\$ 111,55 |
| 59 | Capacitor tipo fase para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 30µF, 380V | 343200 | und | R\$ 25,18 | 5 | R\$ 125,90 |
| 60 | Capacitor tipo fase para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 35µF, até 440V | 333209 | und | R\$ 25,21 | 5 | R\$ 126,05 |
| 61 | Vareta de solda Foscooper com banho branco 2,4 x 460mm indicada para perfeitas vedações de cobre, flanges, radiadores de calor, refrigeradores, materiais elétricos. 1 kg | 605658 | und | R\$ 174,79 | 1 | R\$ 174,79 |
| 62 | Jogo de chaves Allen com 12 peças, sendo 1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16", 3/8", 7/16" e 1/2", com o perfil do corpo em "L". | 267369 | und | R\$ 71,90 | 1 | R\$ 71,90 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|------------|------------------|------------|
| 63 | Alicate ampeímetro modelo referência ET-3155 . Display: LCD 3 5/6 Dígitos, 6099 Contagens;True RMS AC;Indicação de Sobrefaixa: OL ou - OL é mostrado no display;Tensão AC 6/60/600V;Tensão DC 600m/6/60/600V;Corrente AC 6/60/600A; Resistência 600/6k/60k/600k/6M/60MD;Frequência 10 ~ 10MHz ;Capacitância 6n/60n/600n/6μ/60μ/600μ/6m/60mF | 615291 | und | R\$ 289,90 | 1 | R\$ 289,90 |
| 64 | Multímetro digital 2042F com as seguintes características: tecla hold, medição de de AC true RMS de 60mA à 20A . DC de 60uA a 20A. Resistência elétrica de : 600Ohms a 60M Ohms. Capacitância de 6nF a 100mF. Frequência/ duty cycle: 9,999Hz a 10MHz. Faixa de diodo e em circuito aberto 3V e 1,2mA.Escala de continuidade em circuito aberto mede 3V e sinal verde quando a medida de resistência é 300ohms e vermelho em 600mhs. Faixa de temperatura:- 40°C a 1000°C. Escala de Tensão DE: 600mv a 1000V . Tensão AC: 6V a 1000V. CAT III. Teste de transistor NPN e PNP. condições do teste Vce e IB0 de aprox 1,8 e 5uA | 616913 | und | R\$ 379,90 | 1 | R\$ 379,90 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|------------|------------------|------------|
| 65 | Capacitor tipo fase para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 40µF, 380V | 392893 | und | R\$ 40,00 | 5 | R\$ 200,00 |
| 66 | Capacitor tipo fase para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 45µF, 380V | 251528 | und | R\$ 43,00 | 5 | R\$ 215,00 |
| 67 | Capacitor tipo fase para compressor de ar condicionado com as seguintes características: 50µF, 380V | 343199 | und | R\$ 45,00 | 5 | R\$ 225,00 |
| 68 | Suporte Para Condensadora Split - até 18.000 Btus | 352444 | und | R\$ 114,20 | 5 | R\$ 571,00 |
| 69 | Suporte Evaporadora Até 36.000 Btus Ar Piso Teto Reforçado | 370593 | und | R\$ 133,98 | 5 | R\$ 669,90 |
| 70 | Suporte Evaporadora Até 60.000 Btus Ar Piso Teto Reforçado | 440570 | und | R\$ 159,89 | 5 | R\$ 799,45 |
| 71 | Suporte Evaporadora Até 24.000 Btus Ar Piso Teto Reforçado | 313771 | und | R\$ 122,89 | 5 | R\$ 614,45 |
| 72 | Maçarico portátil de acendimento eletrônico com as seguintes características: corpo em alumínio, leve e de alta resistência; ignição instantânea, com trava; Ergonômico, facilita o manuseio; Defletor para melhor controle e distribuição da chama | 218121 | und | R\$ 258,02 | 1 | R\$ 258,02 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 73 | Kit flangeador com catraca excêntrico + cortador + escariador. Componentes: flangeador excêntrico 3/16" a 3/4", cortador de tubo 1/8" a 1.1/8", escariador (rebarbado r) para tubos Características: material super reforçado em aço forjado. Acompanha maleta de proteção em PP | 345658 | kit | R\$ 463,14 | 1 | R\$ 463,14 |
| 74 | Gás para uso com maçarico Características: Cilindro de gás com 400 gramas próprio para uso em maçaricos portáteis de soldagem. Caloria Máxima: 2.000 °C. Brasagem em: Phoscooper. Silphoscooper. Prata, Estanho, Alumínio Durafix e Latão. Altura (mm): 30. Cilindro descartável. Autonomia de 1h40min a 3h10min de uso contínuo. | 218124 | und | R\$ 47,40 | 5 | R\$ 237,00 |
| 75 | Kit Cilindro 1m3 7l Nitrogênio "Cilindro 1m3 Para Nitrogênio Manutencao. Dimensões: 60cm Altura x 17cm Diâmetro x 12Kilos Pressão de Teste 200BAR Pressão de Serviço 150BAR + Regulador De Nitrogênio Para Refrigeração E Climatização | 422714 | und | R\$ 1.347,42 | 1 | R\$ 1.347,42 |
| 76 | PARAFUSO SEXTAVADO 12 5/16X70 com 100 und | 604786 | und | R\$ 94,90 | 2 | R\$ 189,80 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|--|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 77 | PARAFUSO PHILIPS para bucha 8 5,0 X 50 COM 100 UN | 415654 | und | R\$ 21,74 | 2 | R\$ 43,48 |
| 78 | Parafuso philips com rosca soberba para bucha 6 COM 100UN | 368695 | und | R\$ 20,53 | 2 | R\$ 41,06 |
| 79 | Kit curvador de tubos de cobre 1/4", 3/8", 1/2", 5/8, 3/4" e 7/8" com cortador e escariador somente para uso de tubos de cobre e alumínio Modelo Referência VLTM 365v Gitta VLTM 365 | 470830 | kit | R\$ 1.295,49 | 1 | R\$ 1.295,49 |
| 80 | Curva de cobre 90º para tubos 3/4 | 252239 | und | R\$ 20,43 | 12 | R\$ 245,16 |
| 81 | Curva de cobre 90º para tubos 5/8 | 422672 | und | R\$ 16,10 | 12 | R\$ 193,20 |
| 82 | Placa principal da evaporadora on/off R410 - Máquinas de 48.000 btus | 409814 | und | R\$ 879,70 | 1 | R\$ 879,70 |
| 83 | Placa principal da evaporadora on/off R410 - Máquinas de 36.000 btus | 409814 | und | R\$ 733,24 | 1 | R\$ 733,24 |
| 84 | Placa principal da evaporadora on/off R410 - Máquinas de 24.000 btus | 409814 | und | R\$ 604,20 | 1 | R\$ 604,20 |
| 85 | Placa principal da evaporadora on/off R410 - Máquinas de 18.000 btus | 409814 | und | R\$ 574,47 | 1 | R\$ 574,47 |
| 86 | Placa principal da evaporadora on/off R410 - Máquinas de 12.000 btus | 409814 | und | R\$ 430,32 | 1 | R\$ 430,32 |
| 87 | Placa principal da evaporadora on/off R410 - Máquinas de 9.000 btus | 409814 | und | R\$ 357,57 | 1 | R\$ 357,57 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 88 | Placa principal da condensadora tipo on/of R410A - Máquinas de 9.000 btus | 409818 | und | R\$ 477,00 | 1 | R\$ 477,00 |
| 89 | Placa principal da condensadora tipo on/of R410A - Máquinas de 12.000 btus | 409818 | und | R\$ 524,99 | 1 | R\$ 524,99 |
| 90 | Placa principal da condensadora tipo on/of R410A - Máquinas de 18.000 btus | 409818 | und | R\$ 631,56 | 1 | R\$ 631,56 |
| 91 | Placa principal da condensadora tipo on/of R410A - Máquinas de 24.000 btus | 409818 | und | R\$ 649,99 | 1 | R\$ 649,99 |
| 92 | Placa principal da condensadora tipo on/of R410A - Máquinas de 36.000 btus | 409818 | und | R\$ 744,99 | 1 | R\$ 744,99 |
| 93 | Placa principal da condensadora tipo on/of R410A - Máquinas de 48.000 btus | 409818 | und | R\$ 878,24 | 1 | R\$ 878,24 |
| 94 | Placa principal da evaporadora - Máquinas de 48.000 btus ou superior com tecnologia <i>Inverter</i> | 409814 | und | R\$ 1.406,00 | 1 | R\$ 1.406,00 |
| 95 | Placa principal da evaporadora - Máquinas de 36.000 btus ou superior com tecnologia <i>Inverter</i> | 409814 | und | R\$ 1.131,03 | 1 | R\$ 1.131,03 |
| 96 | Placa principal da evaporadora - Máquinas de 24.000 btus ou superior com tecnologia <i>Inverter</i> | 409814 | und | R\$ 790,97 | 1 | R\$ 790,97 |
| 97 | Placa principal da evaporadora - Máquinas de 18.000 btus ou superior com tecnologia <i>Inverter</i> | 409814 | und | R\$ 693,50 | 1 | R\$ 693,50 |
| 98 | Placa principal da evaporadora - Máquinas de 12.000 btus ou superior com tecnologia <i>Inverter</i> | 409814 | und | R\$ 654,36 | 1 | R\$ 654,36 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-----|--|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 99 | Placa principal da evaporadora - Máquinas de 9.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409814 | und | R\$ 436,40 | 1 | R\$ 436,40 |
| 100 | Placa principal da condensadora - Máquinas de 9.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409818 | und | R\$ 519,61 | 1 | R\$ 519,61 |
| 101 | Placa principal da condensadora - Máquinas de 12.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409818 | und | R\$ 591,11 | 1 | R\$ 591,11 |
| 102 | Placa principal da condensadora - Máquinas de 18.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409818 | und | R\$ 752,09 | 1 | R\$ 752,09 |
| 103 | Placa principal da condensadora - Máquinas de 24.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409818 | und | R\$ 949,99 | 1 | R\$ 949,99 |
| 104 | Placa principal da condensadora - Máquinas de 36.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409818 | und | R\$ 1.116,90 | 1 | R\$ 1.116,90 |
| 105 | Placa principal da condensadora - Máquinas de 48.000 btus com tecnologia <i>Inverter</i> | 409818 | und | R\$ 1.239,00 | 1 | R\$ 1.239,00 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-----|---|--------|------|------------|------------------|--------------|
| 106 | Refil Pa200. Compatível com aparelhos: FIT 200 e FIT 200 Premium Planeta Água, 3M AP200, Aquaplus, EF Polifil 200 e outras. Este refil possui excelente redução de cloro, retém partículas de sujeiras como: areia, ferrugem, barro e Inibe a proliferação de bactérias. *As marcas citadas são propriedades de seus respectivos fabricantes e aparecem apenas para demonstrar a compatibilidade deste produto. | 618271 | und | R\$ 32,36 | 90 | R\$ 2.912,40 |
| 107 | Lavadora de Alta pressão Modelo Referência Karcher K2 Plus CAR 220V - 1740 psi. Pressão1.500 psi1.740 psi1.815 psi1.500 psi2.100 psi. Vazão300 L/h300 L/h360 L/h360 L/h360 L/h. Potência1.200 W1.400 W1.500 W1.500 W1.900 W. MotorUniversalUniversalIndução. Mangueira de Pressão3 m. pressão máxima1740 Libras por polegada quadrada. 220V | 231823 | und | R\$ 463,32 | 1 | R\$ 463,32 |
| 108 | Kit 4 Serra Copo Diamantada Alvenaria Parede 20/25/35/45mm | 475527 | kit | R\$ 274,53 | 2 | R\$ 549,06 |
| 109 | Jogo De Chaves Allen 9 Peças 1,5 A 10mm 42-9m. Itens Inclusos: - Chaves L Hexagonais, sendo: 1,5; 2; 2,5; 3; 4; 5; 6; 8 e 10mm; | 234233 | kit | R\$ 53,98 | 1 | R\$ 53,98 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-----|--|--------|------|------------|------------------|------------|
| 110 | Jogo composto por 05 peças, sendo: 03 Chaves de fenda: 3 x 80 mm (1/8" x 3") - 6 x 150 mm (1/4" x 6") - 6 x 200 mm (1/4" x 8") . 02 Chaves phillips: 3 x 60 mm (1/8" x 2. 3/8") PH0 - 4,5 x 80 mm (3/16" x 3") PH1.Hastes forjadas em aço gedore - vanádio com acabamento niquelada e cromada. Cabo e m polipropileno azul. Pontas fosfatizadas. | 601980 | kit | R\$ 58,00 | 1 | R\$ 58,00 |
| 111 | Jogo de Alicates com 3 peças 1 alicate universal. 1 alicate corte diagonal. 1 alicate tipo telefone.Alicate universal: 8" (200mm). Alicate corte diagonal: 6.1/2" (165mm). Alicates e tipo telefone: 6.1/2" (165mm). produzido em aço. liga de aço. | 308626 | kit | R\$ 126,32 | 1 | R\$ 126,32 |
| 112 | Maleta de ferramentas com 5 gavetas na cor azul. | 358678 | und | R\$ 180,00 | 1 | R\$ 180,00 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-----|--|--------|------|------------|------------------|--------------|
| 113 | <p>Controle remoto universal para aparelho de ar condicionado com configuração automática da marca do equipamento. Aplicação em aparelhos do tipo Split HI WALL e Split piso teto, como substituto do controle remoto original. Características mínimas: deve realizar a identificação automática da marca do equipamento configurando o controle para operação com o mesmo; alternativamente, deve permitir a configuração manual da marca do condicionador a partir de uma tabela de códigos fornecida com o produto; visor de cristal líquido (LCD) com indicação da temperatura programada e estado das principais funções, como: indicação do modo de operação (resfriamento, aquecimento, ventilação), movimento das aletas (swing), velocidade da ventilação e relógio; Possuir no mínimo as seguintes funções de controle do condicionador de ar: ligar e desligar, ajuste entre: refrigeração, ventilação, aquecimento e desumidificador, controle de velocidade do ventilador: automático, baixa, média e alta, controle da temperatura: maior e menor, controle da direção da aleta (vane) em</p> | 390407 | und | R\$ 157,50 | 20 | R\$ 3.150,00 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 114 | Fita Tape Silver - Composição do produto: Dorso: filme de polietileno laminado com trama de algodão Adesivo: resina e borracha 45 mm x 25 m | 485169 | und | R\$ 45,00 | 36 | R\$ 1.620,00 |
| 115 | Fita PVC 10m linear x 0.10m largura cor: branca | 418894 | und | R\$ 10,00 | 60 | R\$ 600,00 |
| 116 | Desincrustante destroyer de 5L | 279944 | und | R\$ 150,00 | 10 | R\$ 1.500,00 |
| 117 | Torneira Bebedouro Esguicho Filtro Industrial Baby 100% Metal. Acionamento ¼ de Volta. Suporta Pressão Máxima de até 40 MCA. Torneira de Metal. Cromado. Aço Inoxidável | 483175 | und | R\$ 66,37 | 10 | R\$ 663,70 |
| 118 | Vacuômetro Digital Refrigeração E Ar Condicionado Modelo Referência Dvg88 Eos. | 618481 | und | R\$ 1.488,69 | 1 | R\$ 1.488,69 |
| 119 | Compressor de Referência 1HP 220V x 60HZ R134A para bebedouro | 236679 | und | R\$ 534,30 | 3 | R\$ 1.602,90 |
| 120 | Termômetro Digital Faixa de medição:-50.0 a 105.0 °C / -58.0 Full Gauge PENTA-III | 600261 | und | R\$ 799,90 | 1 | R\$ 799,90 |
| 121 | Kit placa universal para split hi wall de 12000btu/h r410A on/off com display e controle remoto | 409823 | kit | R\$ 258,99 | 5 | R\$ 1.294,95 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-----|---|--------|------|--------------|------------------|--------------|
| 122 | Pasta Térmica Prata, Silver para Processador Cooler Pote 20 G. usado também em partes metálicas para uma melhor troca de calor em ar condicionado | 320490 | und | R\$ 40,70 | 10 | R\$ 407,00 |
| 123 | Tirante(parafuso) de 3/8" com 1m de comprimento | 365553 | und | R\$ 21,52 | 6 | R\$ 129,12 |
| 124 | Torneira para bebedouro tipo esguincho de 1/2" inox | 473496 | und | R\$ 68,00 | 12 | R\$ 816,00 |
| 125 | Porca sextavada de 3/8 de inox | 485986 | und | R\$ 1,00 | 300 | R\$ 300,00 |
| 126 | Arrruelas para parafusos de 3/8 | 485978 | und | R\$ 0,99 | 300 | R\$ 297,00 |
| 127 | Flange Para Torneira Bebedouro Industrial de 1/2 | 360575 | und | R\$ 9,74 | 10 | R\$ 97,40 |
| 128 | Escada Extensível Vazada 19 Degraus, 6 Metros, em fibra de vidro | 304061 | und | R\$ 1.130,74 | 1 | R\$ 1.130,74 |
| 129 | Camisa ou camisetas, em algodão, manga longa com a logomarca da empresa. | 618366 | und | R\$ 65,00 | 4 | R\$ 260,00 |
| 130 | Calça comprida jeans | 610377 | und | R\$ 79,00 | 4 | R\$ 316,00 |
| 131 | Meias, padrão esporte, tecido Algodão | 485781 | Par | R\$ 19,50 | 4 | R\$ 78,00 |
| 132 | Crachá de identificação com Foto e cordão | 613463 | und | R\$ 20,00 | 1 | R\$ 20,00 |
| 133 | Bota eletricista - Atende as exigências NR10 | 431867 | und | R\$ 282,43 | 1 | R\$ 282,43 |
| 134 | Óculos de Proteção Polipropileno Incolor - Modelo referência: Vision 2000 Incolor - 3M | 601716 | und | R\$ 49,00 | 2 | R\$ 98,00 |
| 135 | Capacete Segurança Material: Polietileno Alta Densidade | 384719 | und | R\$ 60,71 | 2 | R\$ 121,42 |

| # | Insumos - Descrição | Resumo | Und. | Valor | Quantidade anual | Total |
|-------|--------------------------|--------|------|-----------|---------------------|------------|
| 136 | Luva Proteção em Vaqueta | 603259 | und | R\$ 34,50 | 4 | R\$ 138,00 |
| Total | | | | | R\$ 177.806,65 | |

Anexo II - IMR.pdf

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este instrumento de medição de resultado deverá ser aplicado, mensalmente, apenas após o cálculo do valor do serviço de acordo com o cenário observado no respectivo mês. Vale lembrar que o valor do serviço dependerá dos insumos cujo fornecimento foi comprovado pela contratada e atestado pela contratante.

2. INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de 6 atividades (indicadores mínimos de desempenho):

2.1.1. Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal

2.1.2. Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal

2.1.3. Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal

2.1.4. Fornecimento de insumos dentro do prazo

2.1.5. Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST

2.1.6. Cumprimento de outras obrigações contratuais

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

| Indicador 1 – Pagamento de salários dentro do prazo legal | |
|---|--|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de salários no prazo legal. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os salários pagos no prazo legal durante o mês a que se refere a medição. |

| | |
|--|--|
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros. |
| Periodicidade | Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do salário de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso. |
| Início de vigência | A partir do terceiro mês da prestação do serviço. |
| Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento | Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | De acordo com a CLT, o pagamento “deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido” (art. 459, § 1º do Decreto-Lei 5.452/1943). |

| Indicador 2 – Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal | |
|---|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-transporte no prazo legal. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os funcionários recebendo o auxílio-transporte em dia, durante o mês a que se refere a medição. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros. |
| Periodicidade | Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do auxílio-transporte de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso. |
| Início de vigência | A partir do terceiro mês da prestação do serviço. |

| | |
|--|---|
| Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento | <p>Sem ocorrências = 10 pontos</p> <p>1 ocorrência = 8 pontos</p> <p>2 ocorrências = 6 pontos</p> <p>3 ocorrências = 4 pontos</p> <p>4 ocorrências = 2 pontos</p> <p>Mais de 4 ocorrências = 0 pontos</p> |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | De acordo com o Decreto nº 95.247/1987, "o Vale-Transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência- trabalho e vice-versa". Em outras palavras, o empregado paga ao empregado de forma antecipada o valor necessário ao deslocamento deste. |

| Indicador 3 – Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal | |
|--|--|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento do auxílio-alimentação no prazo legal. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os funcionários recebendo o auxílio-alimentação em dia, durante o mês a que se refere a medição. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros. |
| Periodicidade | Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do auxílio-alimentação de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso. |
| Início de vigência | A partir do terceiro mês da prestação do serviço. |
| Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento | <p>Sem ocorrências = 10 pontos</p> <p>1 ocorrência = 8 pontos</p> <p>2 ocorrências = 6 pontos</p> <p>3 ocorrências = 4 pontos</p> <p>4 ocorrências = 2 pontos</p> <p>Mais de 4 ocorrências = 0 pontos</p> |
| Sanções | Ver item 3.2 |

| | |
|-------------|---|
| Observações | Devem ser observadas as categorias que fazem jus ao benefício e o prazo estabelecido nas convenções coletivas de trabalho, mencionadas no item 10 do Termo de Referência, ou em outras que viem a substituí-las. Nos casos em que a convenção coletiva de trabalho não especifique o prazo limite para pagamento do auxílio alimentação, este deverá ser pago até o último dia útil do mês. |
|-------------|---|

| Indicador 4 – Fornecimento de insumos dentro do prazo | |
|--|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir uma boa execução contratual no tocante ao fornecimento dos insumos dentro do prazo. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência, ou seja, todos insumos fornecidos dentro do prazo durante o mês a que se refere a medição. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros. |
| Periodicidade | Por evento (solicitação), com aferição mensal do total de ocorrências. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não fornecimento de insumo(s) dentro do prazo (incluindo eventual prorrogação autorizada pela Fiscalização do contrato, conforme item 9 do Termo de Referência), corresponde a 1 ocorrência/solicitação. Após este prazo, será acrescida de mais 1 ocorrência/solicitação e por dia útil de atraso. |
| Início de vigência | A partir do terceiro mês da prestação do serviço. |
| Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento | Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | - |

| Indicador 5 – Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST | |
|--|-----------|
| ITEM | DESCRIÇÃO |

| | |
|--|---|
| Finalidade | Garantir uma boa execução contratual no tocante ao atendimento às obrigações contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência, ou seja, todas as obrigações relativas à SST cumpridas durante o mês a que se refere a medição, o que equivale a 10 pontos. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros. |
| Periodicidade | Semanal, com aferição mensal do total de ocorrências. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não cumprimento de uma determinada obrigação contratual corresponde a 1 ocorrência/item descumprido e, após o prazo para solução, admitida a prorrogação deste pela Fiscalização do contrato, será acrescida de mais 1 ocorrência/item descumprido e por dia útil de atraso na solução. |
| Início de vigência | A partir do terceiro mês da prestação do serviço. |
| Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento | Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | - |

| Indicador 6 – Cumprimento de outras obrigações contratuais | |
|--|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento, por parte da Contratada, das demais obrigações contratuais. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência, ou seja, todas as demais obrigações contratuais cumpridas. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros. |
| Periodicidade | Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não cumprimento de uma determinada obrigação contratual corresponde a 1 ocorrência/item descumprido e, após o prazo para solução, admitida a prorrogação deste pela |

| | |
|--|--|
| | Fiscalização do contrato, será acrescida de mais 1 ocorrência/item de descumprido e por dia útil de atraso na solução. |
| Início de vigência | A partir do terceiro mês da prestação do serviço. |
| Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento | Sem ocorrências = 20 pontos 1 ocorrência = 16 pontos 2 ocorrências = 12 pontos 3 ocorrências = 8 pontos 4 ocorrências = 4 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | - |

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. A partir do início da vigência do contrato, as pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3" + Pontos "Indicador 4" + Pontos "Indicador 5" + Pontos "Indicador 6".

3.2. A partir do terceiro mês de vigência do contrato, os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

| Faixas de pontuação total do serviço em todos os indicadores | Pagamento devido | Fator de ajuste do nível de serviço |
|--|---|-------------------------------------|
| De 90 a 100 pontos | 100% do valor previsto | 1,00 |
| De 80 a 89 pontos | 98% do valor previsto | 0,98 |
| De 70 a 79 pontos | 96% do valor previsto | 0,96 |
| De 60 a 69 pontos | 94% do valor previsto | 0,94 |
| De 50 a 59 pontos | 92% do valor previsto | 0,92 |
| De 40 a 49 pontos | 90% do valor previsto | 0,90 |
| Abaixo de 40 pontos | 90% do valor previsto e penalidades e/ou rescisão unilateral do contrato. | 0,90 |

4. LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

| Nº Contrato | | | | Mês/Ano de referência | |
|-------------|--|---|----------------------|-----------------------|--|
| Contratada | | | | | |
| Indicador | Descrição | Pontuação para cálculo do fator d e ajuste no pagamento | Qtde. de ocorrências | Pontuação | |
| 1 | Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal | Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos | | | |
| 2 | Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal | Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos | | | |
| 3 | Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal | Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos | | | |
| 4 | Fornecimento de insumos dentro do prazo | Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos | | | |
| 5 | Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e | Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos | | | |

| | | | | |
|-------|--|--|--|--|
| | segurança no trabalho - SST | 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos | | |
| 6 | Cumprimento de e outras obrigações contratuais | Sem ocorrências = 20 pontos 1 ocorrência = 16 pontos 2 ocorrências = 12 pontos 3 ocorrências = 8 pontos 4 ocorrências = 4 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos | | |
| Total | | | | |

Observações sobre as ocorrências verificadas no mês

[Devem ser descritas detalhadamente todas as ocorrências, uma vez que podem acarretar o desconto na nota fiscal. Por exemplo, a quantidade de empregados que receberam em atraso e a quantidade de dias de atraso, quais foram as obrigações descumpridas e se o respectivo prazo para solução foi cumprido etc.]

| Faixas de pontuação total do serviço e em todos os indicadores | Valor normal da parcela (A) | Fator de ajuste (B) | Valor a ser pago pela parcela (A x B) |
|--|--------------------------------|------------------------|--|
| De 90 a 100 pontos (Fator de ajuste = 1) De 80 a 89 pontos (Fator de ajuste = 0,98) De 70 a 79 pontos (Fator de ajuste = 0,96) D e 60 a 69 pontos (Fator de ajuste = 0,94) De 50 a 59 pontos (Fator de ajuste = 0,92) D e 40 a 49 pontos (Fator de ajuste = 0,90) Abaixo de 40 pontos (Fator de ajuste = 0,90)) + (Penalidade) | | | |

Anexo III - Modelo de Nota de Fornecimento.pdf

[identificar o campus] [identificar o tipo de insumo]

1. Para os insumos que compõem o kit básico (uniformes e o EPI (botina)), o primeiro fornecimento deverá ocorrer no início da vigência do contrato e os seguintes conforme a periodicidade estabelecida, sempre na quantidade estabelecida por período (uniformes). No caso dos insumos e equipamentos fornecidos sob demanda, o fornecimento será conforme solicitação da contratante.
2. Os insumos fornecidos deverão vir acompanhados de uma nota de fornecimento (em duas vias) para cada tipo de insumo, devendo estar discriminados a quantidade e o valor total relativos a cada um dos tipos de postos, conforme modelo constante no termo de referência ou outro modelo definido pela Contratante.
3. Caso a contratada não forneça algum destes insumos no prazo estabelecido, o valor a ser faturado será ajustado, aplicando-se o instrumento de medição de resultado.
4. O(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato deverá(ão) tomar conhecimento das disposições relativas ao fornecimento de insumos relativos a esta contratação, em especial aquelas constantes na cláusula 7 do termo de referência.

| Item | Tipo | Descrição detalhada | Marca | Unid. de fornecimento | Valor unit. (R\$) | Valor unit. (R\$) com DESCONTO | Quantidade | Valor Total Item |
|------|------|-----------------------|-------|-----------------------|-------------------|--------------------------------|------------|------------------|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | VALOR TOTAL DO PEDIDO | | | | | | |

Anexo IV -

Planilha de Custos e Formacao d
e Precos.pdf

Resumo

| Resumo das planilhas de custos e formação de preços por posto | | | | | | | | |
|---|------|--------------------------------------|---------|-------------------|--------|-----------------------------|--------------------------|-------------------|
| Grupo | Item | Descrição | CBO | Unidade de medida | Quant. | Valor Mensal Unitário (R\$) | Valor Mensal Total (R\$) | Valor Anual (R\$) |
| I | I | Mecânico de Refrigeração | 7257-05 | Posto | 12 | 5.423,59 | 5.423,59 | 65.083,08 |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda* | - | Desconto | 1 | 14.817,22 | 14.817,22 | 177.806,65 |
| Total Geral (R\$) | | | | | | | 20.240,81 | 242.889,73 |

*Insumos serão solicitados sob demanda. Não há obrigatoriedade de solicitação mínima.

| |
|-------------|
| CCT ADOTADA |
| RN/2024 |
| |

Planilha de Custos e Formação de Preços

| Discriminação dos Serviços | | |
|----------------------------|---|-------|
| A | Data de apresentação da proposta | - |
| B | Município | Natal |
| C | Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo | 2024 |
| D | Nº de meses de execução contratual | 24 |

| Identificação do Serviço | | |
|--------------------------|-------------------|---|
| Tipo de Serviço | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) |
| Refrigeração | Posto | 1 |

| Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra | | |
|---|---|-----------------------------|
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | Refrigeração |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 7257-05 |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | R\$ 1.776,49 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | Mecânico de refrigeração II |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 01/01/2024 |

| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
|--------------------------------------|--|--------|-------------|
| 1 | COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | % | VALOR (R\$) |
| A | Salário Base (CCT 2024 cod. 81a999fa11) | | 1776,49 |
| B | Adicional Periculosidade (LAUDO PERICIAL - IFRN - No: 021/2017 cod.fd2686c657) | 30,00% | 532,95 |
| C | Adicional Insalubridade | 0,00% | 0,00 |
| D | Adicional Noturno | 0,00% | 0,00 |
| E | Adicional de Hora Noturna Reduzida | | 0,00 |
| F | Outros (especificar) | | 0,00 |
| TOTAL DO MÓDULO 1 | | | 2309,43 |

| MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS | | | |
|---|------------------------------|--------|-------------|
| Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias | | % | VALOR (R\$) |
| A | 13 (Décimo-terceiro) salário | 8,33% | 192,37 |
| B | Adicional de Férias | 3,03% | 69,97 |
| TOTAL SUBMÓDULO 2.1 | | 11,36% | 262,34 |

| | | | |
|--|-----------------------------------|--------|-------------|
| Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições | | % | VALOR (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | 514,35 |
| B | Salário Educação | 2,50% | 64,29 |
| C | SAT (Seguro Acidente de Trabalho) | 3,00% | 77,15 |
| D | SESC ou Sesi | 1,50% | 38,58 |

| | | | |
|--|--|--------|-------------|
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | 25,72 |
| F | SEBRAE | 0,60% | 15,43 |
| G | INCRA | 0,20% | 5,14 |
| H | FGTS | 8,00% | 205,74 |
| TOTAL SUBMODULO 2.2 | | 36,80% | 946,41 |
| | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários | | | VALOR (R\$) |
| A | Transporte | - | 100,41 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação (CCT 2024 cod. 81a999fa11) | - | 220,00 |
| C | benefício social familiar | - | |
| D | Auxílio Saúde | - | |
| E | Seguro de vida | - | |
| F | Outros | - | |
| TOTAL SUBMODULO 2.3 | | | 320,41 |
| | | | |
| QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | VALOR (R\$) |
| 2.1 | 13º Salário, Férias e Adicional de Férias | | 262,34 |
| 2.2 | GPS, FGTS e Outras Contribuições | | 946,41 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | | 320,41 |
| TOTAL DO MÓDULO 2 | | | 1529,16 |
| | | | |
| MÓDULO 3 – PROVISAO PARA RESCISAO | | | |
| 3 | PROVISAO PARA RESCISAO | % | VALOR (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | 14,25 |
| B | Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | 1,03 |
| C | Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,47% | 89,24 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | 74,47 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | 18,36 |
| F | Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado. | 0,53% | 13,63 |
| TOTAL DO MÓDULO 3 | | 7,15% | 210,97 |
| | | | |
| MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | % | VALOR (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 8,33% | 337,33 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,82% | 33,21 |
| C | Substituto na cobertura de Licença Paternidade | 0,08% | 3,24 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | 0,27% | 10,93 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 0,07% | 2,83 |

| | | | |
|---------------------|---|--------|--------|
| F | Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença) | 1,66% | 67,22 |
| TOTAL SUBMODULO 4.1 | | 11,23% | 454,76 |

| | | | |
|---|---------------------------------------|-------|-------------|
| Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada | | % | VALOR (R\$) |
| A | Intervalo para Repouso ou Alimentação | 0,00% | 0,00 |
| TOTAL SUBMODULO 4.2 | | 0,00% | 0,00 |

| QUADRO-RESUMO DO MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
|--|---------------------------------|--|-------------|
| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | VALOR (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | | 454,76 |
| 4.2 | Substituto na Intra jornada | | 0,00 |
| TOTAL DO MÓDULO 4 | | | 454,76 |

| MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS | | | |
|-----------------------------|--------------------------|---|-------------|
| 5 | INSUMOS DIVERSOS | | VALOR (R\$) |
| A | Uniformes | - | 0,00 |
| B | Materiais | - | 0,00 |
| C | Equipamentos | - | 0,00 |
| D | Outros (especificar)EPIs | - | 0,00 |
| TOTAL DO MÓDULO 5 | | - | 0,00 |

| MODULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
|---|------------------------------------|-------|-------------|
| 6 | CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | % | VALOR (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 3,00% | 135,12 |
| B | Lucro | 6,79% | 315,01 |
| C | TRIBUTOS | | |
| C.1 | PIS | 0,65% | 35,25 |
| C.2 | COFINS | 3,0% | 162,71 |
| C.3 | ISS | 5% | 271,18 |
| TOTAL DO MODULO 6 | | | 919,27 |

| | | |
|---|-----|---------|
| a) Tributos % = To = | 100 | 8,65% |
| b) (Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = | | 4954,45 |
| c) Po / (1 - To) = P1 = | | 5423,59 |
| Valor dos Tributos = P1 - Po | | 469,14 |

| QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|--------------|
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | VALOR (R\$) |
| A | MODULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | R\$ 2.309,43 |
| B | MODULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | R\$ 1.529,16 |
| C | MODULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO | R\$ 210,97 |
| D | MODULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | R\$ 454,76 |
| E | MODULO 5 – INSUMOS DIVERSOS | R\$ - |
| Subtotal (A + B + C + D + E) | | R\$ 4.504,32 |
| F | MODULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | R\$ 919,27 |
| PREÇO TOTAL POR EMPREGADO SEM DIÁRIAS | | R\$ 5.423,59 |
| Quantidade de empregados | 1 | |
| Valor total do Posto | R\$ 5.423,59 | |

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 -

Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Anexo V -

Modelo Declaracao de Contratos Firmados.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

| Nome do Órgão/Empresa | Endereço/telefone do Órgão/Empresa | Vigência do Contrato | Valor mensal do Contrato | Valor anual do Contrato | Valor total do contrato* (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.) |
|-----------------------|------------------------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------|--|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA IN 05/2017:

- a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.)}} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

- b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

$$\frac{\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100$$

JUSTIFICATIVAS:

Natal/RN, / /

Assinatura e carimbo do emissor

*OBSERVAÇÕES (1): Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar 10/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23058.000810.2024-81

2. Descrição da necessidade

2.1. O Instituto Federal do Rio Grande do Norte – necessita assegurar a continuidade do atendimento dos serviços de Manutenção de aparelhos de refrigeração. Entenda-se como aparelhos de refrigeração os aparelhos de ar-condicionados, bebedouros, geladeiras e afins. Este serviço é imprescindível tendo em vista a necessidade de se garantir adequadas instalações aos servidores, discentes e aos que procuram diariamente atendimento no órgão, além de equipamentos de tecnologia da informação que necessitam de refrigeração constante.

2.2. Para fins de atender as necessidades, pretende-se contratar posto de Mecânico em Refrigeração II apto a realizar as seguintes atividades conforme CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024 - **Mecânico em Refrigeração II**: Possuir pelo menos dois anos de experiência como Mecânico I. Capacitação em cursos e palestras técnicas sobre assuntos inerentes a função, com carga horária mínima de 20 h; Fazer consertos, serviços de solda, montar tubulações de refrigeração, aplicar vácuo em sistemas de refrigeração. Carregar sistemas de refrigeração com fluido refrigerante. Realizar testes nos sistemas de refrigeração. Reparar e consertar equipamentos de uso doméstico ou comercial, tais como, bebedouros, refresqueiras, refrigeradores, lavadoras, freezers, fogões, micro-ondas e ar condicionado; Fazer serviços de instalações e desinstalação de splits.

2.3. Outro fator a ser considerado seria a preservação do patrimônio do IFRN, em especial seus ativos refrigerantes, que através da correta manutenção preventiva e corretiva, possibilita a utilização dos equipamentos com maior eficiência e prolonga sua vida útil.

2.4. Atualmente o campus tem diversos chamados não resolvidos para manutenção de aparelhos de refrigeração, assim como de instalações pendentes para salas recém-inauguradas, impossibilitando o uso destas. Além disso, faz-se necessário a manutenção preventiva dos aparelhos, que podem apresentar problemas mecânicos e elétricos decorrentes da falta de manutenção periódica, ou apresentar risco a saúde ocupacional dos servidores devido à falta de limpeza contínua.

2.5. A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro de pessoal servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, uma vez que tais cargos foram extintos do serviço público, conforme disposição do artigo 7º da IN nº 05/2017 da SLTI do MPOG e Lei 9.632/98. Ademais, o plano de cargos e salários do IFRN não prevê a contratação, por concurso público, dos cargos relacionados no objeto da contratação visada por este termo de referência.

2.6. O serviço é comum conforme Art. 6, inciso XIII, Lei 14.133, ademais, é amplamente utilizado pelos demais órgãos da administração pública, e possui natureza continuada, pois trata-

se de atividade necessária diariamente que influencia diretamente na boa execução das funções da instituição e sua interrupção causa prejuízo à prestação dos serviços realizados pelo IFRN, podendo afetar o atingimento do objetivo institucional.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-------------------------------|
| Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção -Campus Natal – Zona Norte | Julio Cesar Araujo de Andrade |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A licitante deve possuir a seguinte documentação: comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e de declaração de contratos firmados, conforme requisitos constantes neste termo de referência.

4.2. O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação Declaração de que possui os documentos infra relacionados:

4.3. A empresa deverá estabelecer ainda medidas de controle necessárias a prestação dos serviços, através de elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária, como o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) conforme NR 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA e NR 7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO.

4.4. O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação a declaração de visita técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços.

4.5. Colocar à disposição da contratante funcionários aptos a exercerem as funções de **Mecânico em Refrigeração II (CBO 7257-05)**, a saber: Possuir pelo menos dois anos de experiência como Mecânico I. Capacitação em cursos e palestras técnicas sobre assuntos inerentes a função, com carga horário mínima de 20 hs; Fazer consertos, serviços de solda, montam tubulações de refrigeração, aplicar vácuo em sistemas de refrigeração. Carregar sistemas de refrigeração com fluido refrigerante. Realizar testes nos sistemas de refrigeração. Reparar e consertar equipamentos de uso doméstico ou comercial, tais como, bebedouros, refresqueiras, refrigeradores, lavadoras, freezers, fogões, micro-ondas e ar condicionado; Fazer serviços de instalações e desinstalação de splits.

4.6. Jornada de trabalho será de 44h semanais conforme tabela abaixo:

| Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado | Domingo |
|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------|---------------------|
| 8h às 12h – 13h às 17h | 8h às 12h – 13h às 17h | 8h às 12h – 13h às 17h | 8h às 12h – 13h às 17h | 8h às 12h – 13h às 17h | 8h às 12h | S e m expediente |

4.7. Colocar à disposição mão-de-obra empregada nos serviços com os requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Possuir aptidão para exercer as funções de Mecânico em **Refrigeração II (CBO 7257-05)** conforme convenção CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024.
- Ter conhecimento para realizar a instalação, desinstalação, manutenção preditiva e corretiva de máquinas condicionadoras de ar convencionais e com tecnologia *inverter*.
- Ter conhecimento para realizar a instalação, desinstalação, manutenção preditiva e corretiva de máquinas refrigerantes (geladeiras, bebedouros e afins).
- Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes.

4.8. Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade.

4.9. A empresa contratada deverá fornecer materiais (listagem anexa a este estudo técnico) para instalação e/ou desinstalação de ar-condicionado e manutenções preventivas e/ou corretivas em equipamentos diversos de climatização e refrigeração, equipamentos, ferramentas.

4.10. A manutenção inclui inspeções programadas, limpeza, lubrificação e troca de óleo /lubrificante para garantir o bom funcionamento, bem como a ação corretiva, quando identificadas falhas existentes ou a iminência de ocorrências ou a necessidade de ação para prevenir um agravo na condição do equipamento.

4.11. Por se tratar de tecnologia que exige material específico, a empresa deverá fornecer sob demanda insumos e peças compatíveis com a **tecnologia inverter** conforme os modelos existentes no campus conforme tabela anexa.

4.12. O profissional em dedicação exclusiva para o contrato do IFRN deverá pertencer ao quadro funcional permanente da Contratada;

4.13. Em razão do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, celebrado em 05 de junho de 2003, não será admitida a participação de cooperativas durante a licitação.

4.14. O percentual de garantia de execução do contrato será de 5% do valor inicial do contrato, conforme arts. 98 Lei nº 14.133.

4.15. Informa-se, conforme art. 48, Lei 14.133/21, que o objeto pode ser de execução por terceiros por caracterizar-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

- indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
- definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

6.16. Como forma de assegurar que a empresa tem capacidade de executar os serviços com excelência, além de, mitigar potenciais riscos de rescisão contratual por incapacidade técnica, define-se como critério a comprovação de experiência pretérita. Para tanto, a futura contratada deverá apresentar certidões ou atestados que demonstrem que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um **período mínimo de 1 (um) ano**.

6.17. No caso de incidência do § 1º Art. 3º do Decreto nº 11.430, de 08/03/2023, a contratada deverá tomar as devidas providências para atender o percentual mínimo de oito por cento das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.

6.18. Conforme legislação vigente, fica vedada a incidência do disposto no item 2.1 (e suas alíneas) do Anexo VII-B da IN Seges 5/2017.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A terceirização destes serviços é possível conforme Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, artigo 2º, o qual determina que “Ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação”.

5.2. Neste sentido, a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu que outras atividades que não estejam contempladas no rol do seu artigo 1º podem ser passíveis de

execução indireta, desde que atendidas as **vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018**, o que, efetivamente, o faz.

5.3. Ante ao exposto, não há outra forma de prestação destes serviços que não seja a terceirização. Além disso, cabe destacar que as atividades prestadas pelo serviço que se pretende contratar têm como principal característica a prestação de serviço que não é da área-fim da instituição, de modo que a mesma não dispõe de volumes de capital financeiro, recursos de pessoal, nem de know how para a execução do serviço.

5.4. Quanto ao modelo de terceirização existiriam duas possibilidades:

- Solução 1: contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra, peças e insumos sob demanda.
- Solução 2: contratação de empresa com fornecimento de mão de obra exclusiva com fornecimento de insumos sob demanda.

5.4.1. Na primeira opção: tem-se como vantagem a e como desvantagens o tempo para início de realização do chamado, tendo em vista que a empresa tem que destacar uma equipe, que pode estar ocupada com outro órgão, bem como a maior dificuldade em aquisição de materiais, já que as empresas normalmente não contam com estoque de peças menos ordinárias e demoram certo tempo para realizar essa aquisição. Outro problema é a realização de manutenção preventiva, que se mostra muito custosa para a contratante, já que deve ser paga a mão de obra por máquina e hoje o campus conta com mais de 100 aparelhos que necessitam de várias manutenções desse tipo ao ano.

5.4.2. Na segunda opção: com dedicação exclusiva, tem-se um Mecânico em Refrigeração sempre a disposição do campus, capaz de atender as demandas com celeridade, familiarizado com a infraestrutura do prédio e um estoque de peças, capaz de organizar as manutenções preventivas e preditivas de modo a garantir o funcionamento ideal dos aparelhos. Houve uma experiência nesse sentido por meio de empréstimo do Mecânico em Refrigeração do IFRN – Campus Ceará-Mirim, que ajudou a resolver diversos problemas de forma mais célere que as empresas anteriores, com maior qualidade e, principalmente, com proatividade que podia ser percebida dando dicas de máquinas que precisavam de manutenção ou poderiam vir a causar um prejuízo maior.

5.5. Analisando esses fatores, conjuntamente com a experiência anterior do campus nesse tipo de contratação, optou-se pela Solução 2 - contratação de empresa com fornecimento de mão de obra exclusiva com fornecimento de peças e insumos sob demanda - em vista maior celeridade na resolução de problemas, a criação de estoques e a maior eficiência na instauração de um plano de manutenção preventiva com redução do custo global. E por fim, ressalta-se que o modelo proposto também se amolda as cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

5.6. Foi consultado o **catálogo eletrônico de padronização**, porém o serviço almejado não encontra-se cadastrado no referido catálogo.

5.7. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do **Decreto nº 9.507**, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas **no art. 3º do aludido decreto**, cuja execução indireta é vedada.

5.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação será realizada através da prestação de serviços contínuos de manutenção dos aparelhos de refrigeração com fornecimento de mão de obra exclusiva em conjunto com o fornecimento das ferramentas, EPI's, peças e materiais que serão utilizados para a realização dos serviços previstos, com pagamentos mensais à contratada que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços ao IFRN.

6.2. Ferramentas, EPIs, peças e materiais serão por demanda em período e quantidades estimadas conforme demonstrados em planilha anexa.

6.3. O Mecânico em Refrigeração deverá agir com proatividade;

6.4. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados conforme cronograma a ser definido em conjunto com a administração.

6.5. Os serviços de manutenção corretiva terão prioridade em relação a manutenção preventiva.

6.6. Dos serviços de manutenção PREVENTIVA que também inclui a HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DO APARELHO:

6.6.1. Remoção e limpeza da tampa frontal e do gabinete de acordo com as normas dos fabricantes.

6.6.2. Limpeza da parte externa do condicionador de ar.

6.6.3. Remoção, limpeza e lavagem dos filtros de acordo com as normas dos fabricantes.

6.6.4. Verificação dos rolamentos e mancais dos ventiladores/motores.

6.6.5. Se necessário troca dos rolamentos.

6.6.7. Medição e registro de tensão e amperagem do equipamento em operação com compressor armado, medido com auxílio do amperímetro.

6.6.8. Limpeza das serpentinas de evaporação e condensadores, com a devida desmontagem das peças.

6.6.9. Limpeza da bandeja – parte de condensação.

6.6.10. Verificação de fuga de gás refrigerante, com a reposição se necessário. Verificação com eventual correção do nível de ruído e vibrações anormais.

- 6.6.11. Medição e registro da tensão e corrente elétrica dos motores dos compressores. Verificar funcionamento dos controles remotos, caso tenha.
- 6.6.12. Verificação dos visores das linhas de líquido quanto à presença de umidade no sistema, com a utilização de bomba de vácuo;
- 6.6.13. Medição com registro da temperatura da serpentina de resfriamento, bem como, do superaquecimento.
- 6.6.14. Verificação com correção dos sistemas de encaixe dos painéis de acesso ao gabinete.
- 6.6.15. Limpeza externa dos gabinetes.
- 6.6.16. Verificar a drenagem de água.
- 6.6.17. Substituir isolações térmicas danificadas nas tubulações.
- 6.6.18. Eliminar possível mau contato no cabo de alimentação, disjuntores e pontos de interligação. Limpeza das bandejas de drenagens.
- 6.6.19. Eliminar ruídos anormais.
- 6.6.20. Verificar se há fuga de energia para a carcaça do aparelho.
- 6.6.21. Verificar e eliminar possíveis pontos de vazamento de fluído refrigerante (conexões e válvulas).
- 6.6.22. Verificar e executar reparos no contactor magnético do compressor.
- 6.6.23. Medição e registro das temperaturas em operação dos motores ventiladores Verificação interna dos gabinetes, com eventual correção termoacústicas – parte de evaporação.
- 6.6.24. Medição e registro das pressões dos compressores de descarga, nas linhas de sucção e bomba de óleo (no caso de semi-hermético) com eventual ajuste de pressões.
- 6.6.25. Verificação das válvulas de expansão termoacústicas parte de condensação.
- 6.6.26. Eliminar pontos de obstrução de sujeira nas aletas do condensador.
- 6.6.27. Operação do termostato de modo a desarmar e rearmar o compressor, verificando a existência de ruídos ou vibrações, providenciando, se necessário, sua correção.
- 6.6.28. Remoção do aparelho, inspeção e ajuste dos parafusos de fixação do compressor, motor, ventilador e estrutura.
- 6.6.29. Retirar as turbinas das unidades internas para limpeza, (com cuidado para não remover acessórios de balanceamento).
- 6.6.30. Limpeza da bandeja coletora de água de condensação e tubulação de drenagem. Verificar a isolamento elétrica do compressor e do motor de ventilador.
- 6.6.31. Executar reparos de desgastes de eixos, buchas, mancais de rolamento e lubrificação do motor do ventilador.

6.6.32. Limpar e higienizar o evaporador e bandejas de drenagens. Lavar a serpentina do condensador e peças comuns com máquina adequada, aplicando produtos desengraxantes conforme normas do Ministério da Saúde, se necessário.

6.6.33. Montar o equipamento de forma adequada.

6.6.34 Em caso de pane, realizar a análise do condicionador de ar com a emissão de relatório contendo a descrição do problema e das peças a serem trocadas.

6.6.35. E outros serviços relacionados;

6.6.36. Além dos serviços acima, caberá à Contratada a execução de outras ações recomendadas pela boa técnica, e pelos fabricantes dos produtos e equipamentos, de forma a atender a satisfatória manutenção, buscando assim realizar a manutenção preventiva eficiente.

6.6.37. Estimam-se manutenções preventivas semestrais, preferencialmente no período de férias discentes para os aparelhos de ares-condicionados das salas de aula, porém, a critério da administração esse prazo poderá ser reduzido ou estendido.

6.6.38. O Mecânico em Refrigeração deverá anexar no aparelho que foi realizado a manutenção preventiva um adesivo contendo informação sobre a data que foi realizada a manutenção preventiva.

6.7. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA:

6.7.1. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados conforme cronograma a ser definido ou cuja motivação seja uma chamada por parte do IFRN ou forem detectados problemas pelo funcionário da contratada quando da realização das manutenções preventivas.

6.7.2. Em situações excepcionais e quando houver a necessidade de manutenção corretiva de equipamentos de refrigeração, em caráter de urgência, quando exaurido o quantitativo parcial de peças previsto para determinado período (mensal, trimestral ou semestral), a CONTRATADA deverá estar apta ao fornecimento de peças desde que respeitado o quantitativo total previsto no contrato.

6.8. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVAS EM OUTROS EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO (GELADEIRA, BEBEDOUROS E AFINS).

6.8.1. Visando o funcionamento dos sistemas de refrigeração presentes no IFRN, deverá ser seguido o plano de manutenção preventiva nos sistemas de refrigeração.

6.8.2. A manutenção preventiva deverá ser realizada de acordo com a necessidade identificada pelas Unidades demandantes as quais deverão levar em consideração a idade do equipamento, a frequência de uso e a importância do mesmo para o andamento das atividades desenvolvidas.

6.9. Da justificativa para os quantitativos:

6.9.1. Para o dimensionamento dos quantitativos de peças e materiais foram consultados dois Mecânico em Refrigeração com experiência que trabalham no IFRN, bem como a experiência anterior enquanto fiscal de contrato e outras licitações de órgãos similares, os valores definidos de matérias bem como a periodicidade de entrega estão relacionados em planilha anexa.

6.9.2. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do Contrato, conforme demandado pela Administração.

6.10. A solução atenderá o campus do IFRN: Natal - Zona Norte.

6.11. Endereços do Campus:

| Campus | Endereço |
|----------------------------------|---|
| IFRN - Campus Natal - Zona Norte | R. Brusque, 2926 - Potengi, Natal - RN, 59112-490 |

6.12. A vigência do contrato a ser firmado será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por até 10 anos. (Artigos 106 e 107, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

6.12.1. As razões pelas quais a vigência plurianual de 2 (dois) anos constitui-se vantajosa são as seguintes:

- Permite que os licitantes disponham de maior prazo para amortizar seus investimentos iniciais, o que faz, em tese, com que se sintam mais atraídas pela disputa;
- Reduz os procedimentos com renovação contratual e com novas licitações. De acordo com a Nota Técnica nº 1081/2017 /CGPLAG/DG/SFC (SEI! 0924113) divulgada pela AGU, o custo médio de uma nova contratação é de 10% (dez por cento) do valor estimado.;
- Diminui os custos com férias, pois nos contratos com vigência de 12 (doze) meses, o custo de férias compõe o custo do posto e seu pagamento é indenizado na rescisão do empregado, pois ao longo dos 12 (doze) meses de relação de trabalho, o empregado adquire o direito ao gozo de férias, porém, com a rescisão, as mesmas deverão ser indenizadas na rescisão. De modo distinto, para contratos firmados com duração superior a 12 meses, faz-se a exclusão do custo "Férias" do Módulo 2.1 da planilha, pois ao final do período aquisitivo de férias (de 12 meses), o empregado gozará o direito a férias no 2º ano da relação de trabalho e o custo das férias indenizadas que ocorrer na rescisão, no caso no 24º mês, encontra-se previsto no Módulo 4 (Substituto na cobertura de férias), nos faturamentos dos meses 13 a 24, pois efetivamente, se finalizado o contrato no 24º mês, não será necessária a contratação de um substituto no ano seguinte, porque o residente do posto não sairá em férias e, portanto, o custo contabilizado no Módulo 4 da planilha no 2º ano é revertido para as férias indenizadas.
- Impacto social no que tange aos trabalhadores terceirizados, pois os mesmos teriam direito a férias, um descanso que muitos deles não usufruem com frequência devido as constantes trocas de empresas que acontece por não renovação contratual nos órgãos públicos

6.13. A **participação NÃO será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez que o valor ultrapassa R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.13.1. A justificativa para NÃO ser exigida a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte no caso dos itens cuja estimativa de valor da contratação tenha ultrapassado R\$ 80.000,00 (art. 8º do Decreto nº 8.538 /2015) é fundamentada no PARECER n. 00215/2018/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE

/PGF/AGU.

6.13.2. Considerando o PARECER n. 00215/2018/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE /PGF/AGU, optamos pela utilização da Opção I dada pela PROJU, pois a Opção II trará mais morosidade ao processo, bem como dificuldades técnicas com relação ao lançamento prático do item, pois para podermos incluir outro item, deverá ser feita nova IRP, considerando que não é possível fazer modificações na anterior, nessa nova IRP deverá ser copiado o item anterior, sendo necessário alteração do local de entrega de todos os participantes, considerando que o sistema não consegue atribuir os quantitativos copiados as UASGs corretas e também lançado o novo item da cota, onde teríamos que dividir todos os quantitativos de cada participante, considerando a cota de até 25%. Todo esse procedimento nos traz uma grande perda na celeridade do processo de aquisição, sendo assim, mais viável a utilização da Opção I dentre as dadas pela procuradoria jurídica. Registramos ainda, que o pregão na forma eletrônica foi criado tendo como um dos seus princípios a celeridade processual, celeridade essa que encontramos na opção escolhida, qual seja, a Opção I. Por fim, conforme o parecer supracitado, tão logo o sistema esteja adaptado, a cota será aplicada na sua íntegra.

6.14. Considerando o art. 3 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, a equipe de planejamento julga que o objeto desta contratação **não se enquadra nas hipóteses do referido artigo.**

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidades estimadas dos serviços a serem contratados encontram-se nas tabelas abaixo, baseadas no documento de formalização da demanda apresentado pelo setor requisitante deste processo assim como o consumo do contrato anterior (cod. e2c025f36e) , anexos a este processo.

7.1.1. Caso haja necessidade de um item não contemplado na tabela de insumos, poderá a administração solicitar o item à empresa. Para tanto, deverá ser realizada pesquisa de preços em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 202.

7.1.2. A contratada poderá negar o fornecimento do item caso não tenha correlação com o serviço ou mediante a justificativa a ser analisada pela administração.

7.2. Presente Estudo visa analisar a viabilidade da contratação de 1 (um) posto mensal para 24 (vinte e quatro) meses para o IFRN - Natal - Zona Norte com seus respectivos serviços de fornecimento de insumos sob demanda.

7.2.1. Grupo detalhado:

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

| Grupo | ITEM | POSTO DE SERVIÇO | CBO | QUANTIDADE A SER REGISTRADA | CARGA HORÁRIA SEMANAL |
|-------|------|--|---------|-----------------------------------|-----------------------------|
| 1 | 1 | Mecânico de refrigeração II - Campus Natal - Zona Norte (mensal) | 7257-05 | 12 | 44 h |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda | - | 1 | - |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 242.889,73

- 8.1. O valor estimado foi calculado com base em pesquisa de preços bem como consulta ao acordo coletivo da categoria anexo a este processo.
- 8.2. A demonstrativos dos valores encontra-se na Planilha de Formação de Preços e Lista de Insumos (cod. 913caf6ec5), documento anexo a este processo.
- 8.3. Importante frisar a futura contratada alguns cenários de valores a serem pagos uma vez que o valor está diretamente vinculado aos quantitativos dos materiais que podem variar de acordo com a demanda:
- 8.4. **Cenários: mínimo e máximo**
- 8.4.1. Como forma de reforçar o entendimento da modalidade de insumos sob demanda, foram criados os seguintes cenários:
- 8.5. **Cenário A (Pagamento Mínimo)**
- 8.5.1. Em uma situação onde a CONTRATANTE não tenha necessidade de requisição dos materiais sob demanda, vislumbra-se os seguintes valores:

| Grupo | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | V A L O R UNITÁRIO (MENSAL) R\$ | V A L O R UNITÁRIO (ANUAL) R\$ |
|-------|------|--|--------|-------------------------|------------|--|---|
| 1 | 1 | Mecânico em Refrigeração II (mensal) | 3492 | Posto | 12 | 5.423,59 | 65.083,08 |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda | 2771 | Desconto | 1 | 0,00 | 0,00 |

| | |
|-------------------|-----------|
| VALOR TOTAL (R\$) | 65.083,08 |
|-------------------|-----------|

8.5.2. Os valores têm como referencial a Tabela de Formação de Custos e Preços (anexa a este processo), onde, **no cenário A o valor a ser pago seria o equivalente ao salário do Mecânico em Refrigeração II, onde, vale ressaltar, será o único valor fixo mensal a ser pago.**

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|--------------|
| Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | R\$ |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 2.309,43 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 1.529,16 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 210,97 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 454,76 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | 0,00 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | R\$ 4.504,32 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 919,27 |
| Valor Total por Empregado (R\$) | | R\$ 5.423,59 |

8.6. Cenário B (Pagamento Máximo)

8.6.1. Em uma situação aonde a CONTRATANTE tenha a necessidade de requisição total dos insumos e salário do Mecânico em Refrigeração, vislumbra-se os seguintes valores:

| Grupo | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE D E MEDIDA | QUANTIDADE | V A L O R MÁXIMO UNITÁRIO (MENSAL) R\$ | VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (ANUAL) R\$ |
|-------|------|---------------|--------|-----------------------|------------|--|---|
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|-------------|--|------|----------|----|--------------|------------|
| 1 | 1 | Mecânico em Refrigeração II (mensal) | 3492 | Posto | 12 | R\$ 5.423,59 | 65.083,08 |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda | 2771 | Desconto | 1 | 14.817,22 | 177.806,65 |
| | VALOR TOTAL | | | | | | 242.889,73 |

| | | |
|---|--|---------------|
| Valor Total por Empregado + Insumos (R\$) (estimativa mensal) | | R\$ 5.423,59 |
| | | R\$ 14.817,22 |

8.7. Tabela resumo.

| Grupo | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO MÍNIMO ESTIMADO (MENSAL) R\$ | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (MENSAL) R\$ | VALOR MÍNIMO ESTIMADO (ANUAL) R\$ | VALOR MÁXIMO ESTIMADO (ANUAL) R\$ |
|-------|------|--|--------|-------------------------|------------|--|--|---|--|
| | 1 | Mecânico em Refrigeração II - Campus Natal - Zona Norte (mensal) | 3492 | Posto | 12 | 5.423,59 | 5.423,59 | 65.083,08 | 65.083,08 |
| | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----------------------|---|--------------------------------------|------|----------|---|------|------------|------|----------------|
| 1 | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda* | 2771 | Desconto | 1 | 0,00 | 14.817,22* | 0,00 | 177.806,65* |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | | | | R\$ 242.889,73 |

* Sob demanda

8.8. Vale ressaltar que os cenários descritos são possibilidades, pela própria natureza da contratação de materiais sob demanda não há como prever um valor certo mensal cabendo a administração trabalhar com a previsão máxima, uma vez que em se concretizando terá como honrar seus compromissos.

8.8.1. A fim de reforçar o entendimento dos valores apresentados para **Insumos sob demanda** nas tabelas acima, R\$ 177.806,65 representa o valor máximo anual, que poderá ser solicitado no início do contrato (cenário pouco provável), ou na média mensal no valor R\$ 14.817,22 (não há obrigatoriedade), assim como poderá não haver demanda, ou seja, R\$ 0,00.

8.9. **Ademais, a Contratada deverá aplicar o desconto adjudicado em pregão eletrônico de maneira linear aos preços dos INSUMOS demandados pela Contratante.**

8.9.1. Para renovação contratual, os preços dos **INSUMOS** serão reajustados de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE** de correção monetária, pelo motivo de guardar maior correlação com o segmento econômico dos insumos previstos neste objeto.

8.9.2. Os preços dos insumos são definidos pela Contratante em pesquisa de preço própria seguindo a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 e constará anexa ao Termo de Referência.

8.10. Pelos motivos apresentados acima, a futura contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

8.11. Informa-se que a estimativa do valor da contratação está em conformidade com § 3º Art. 3º do DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019, portanto, sendo possível autorização pelo Ordenador de Despesas do Polo Metropolitano, Edmilson Barbalho Campos Neto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Equipe de Planejamento da Contratação entende que o agrupamento de serviços (serviço Mecânico em Refrigeração II + serviço de fornecimento insumos e peças sob demanda), centralizando a contratação de serviços sob um único contrato possui vantagens administrativas, operacionais e econômicas e financeiras advindas da economia de escala conforme relação abaixo:

9.1.1. Maior interesse das empresas: Os serviços do objeto têm a mesma natureza, sua unificação torna o grupo mais atrativo financeiramente para participação das empresas e consequentemente contribui para maior concorrência, consequentemente, aumentando as chances de economia de escala e reduzindo os riscos de licitação deserta.

9.1.2. Economicidade relacionada à redução de contratos: A contratação de uma Solução centralizada, de acordo com o modelo desenhado neste ETP proporcionará ao IFRN a redução de, no mínimo, 01 (um) contrato (considerando a não divisão da solução) pelas unidades fiscais e pelo Setor de Contratos de Finanças, evitando assim a repetição de processos relacionados a recebimento, pagamento e renovações contratuais. Considerando o reduzido pessoal técnico-administrativo do IFRN e não dispondo a Autarquia de processo de concurso público em aberto, a redução da quantidade de contratos, além do substancial redução de trabalho e economicidade em relação ao custo do homem-hora, proporcionará estabilidade administrativa para as unidades, reduzindo riscos de sobrecarga do pessoal e perda de prazos;

9.1.3. Inter-relacionamento dos itens da solução: Com objetivo de reduzir de riscos de falta de insumos ou equipamentos pela Contratada para realização dos serviços de manutenção, uma vez que, a contratação única proporcionará entregas alinhadas com o momento das necessidades do conjunto da solução (serviço Mecânico em Refrigeração II + serviço de fornecimento de Insumos e Peças) por terem a mesma finalidade de garantir o funcionamento contínuo dos equipamentos.

9.2. A adjudicação da futura contratação será por grupo de itens.

9.3. Critérios de julgamento será por **MENOR PREÇO GLOBAL DE GRUPO DE ITENS**.

| Grupo | Item | Descrição | Critério |
|-------|------|-------------------------------------|----------------|
| 1 | 1 | Posto | Menor Preço |
| | 2 | Fornecimento de Insumos sob demanda | Maior Desconto |

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há informações sobre contratações correlatas, para esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO

A equipe de planejamento, designada pela PORTARIA Nº 153/2024 - DG/ZN/RE/IFRN (doc. 9a9e6aa9b1), declara para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança deste Órgão Contratante.

Ademais, informamos que contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável do IFRN- PDI (2019-2026), quanto a visão de Consolidar-se como instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico até 2026, quanto aos Valores: Comprometimento, cooperação, ética, responsabilidade socioambiental, equidade e diversidade, o direcionamento estratégico orçamentário - OR-02 Garantir a eficiência do gasto público, G1-1 Implementar a política de Gestão de riscos.

Declaramos ainda que o planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO, conforme parceria técnica entre ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO e o MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Ao contratar-se uma empresa de serviço contínuo de manutenção e conservação de aparelhos de refrigeração, pretende-se que o serviço seja executado para que as instalações se encontrem apropriadas aos servidores e estudantes, com tempo de espera reduzido e vazão suficiente para as demandas do dia a dia.

12.2. O cumprimento dos requisitos da contratação, juntamente com a aplicação da legislação existente, garante a este Instituto um serviço de qualidade, pautado na eficiência e eficácia, inclusive respeitando as boas práticas de sustentabilidade. Com relação à economicidade, foram realizadas pesquisas de preço a fim de ratificar a proposta mais vantajosa para a administração, levando-se em consideração os preços praticados no mercado. Desta feita, espera-se obter uma boa execução do serviço contratado, através do melhor aproveitamento e gerenciamento dos recursos destinados para tal.

12.3. A opção por fornecimento de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva pretende conseguir atender as necessidades do campus com maior celeridade, melhor organização das manutenções preventivas, menor custo global levando em conta a prestação de serviço preventivos e melhor.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O Contrato Administrativo será celebrado pelo IFRN, tal medida tem como objetivo centralizar a gestão contratual, orçamentária e financeira, alinhando-se a soluções já em execução em outros objetos.

13.2. O serviço a ser contratado não demanda nenhum conhecimento técnico-específico para sua gestão/acompanhamento por tratar-se de serviço comum e amplamente utilizado pelos demais órgãos.

13.3. No entanto, é imprescindível que os servidores designados para fiscalização acompanhem as possíveis atualizações legislativas pertinentes ao objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não foram verificados impactos ambientais para o objeto desta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto neste estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento se manifesta favoravelmente viabilidade desta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação

SERGIO ROBERTO DANTAS

Membro da comissão de contratação

PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência e Anexos - Publicável

Assunto: Termo de Referência e Anexos - Publicável
Assinado por: Ricardo Oliveira
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Paulo Ricardo de Oliveira, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 14/10/2024 15:50:50.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/10/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1933658
Código de Autenticação: 26188e0032

